TJMG
Tribunal de Justiça do
Estado de Minas Gerais

3ª VICE-PRESIDÊNCIA

BIÊNIO 2026-2028

DESEMBARGADORA SHIRLEY FENZI BERTÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO

100 DIAS



Apresentação

Portas abertas · Escuta ativa · Gestão por diagnóstico



O presente Relatório de Gestão apresenta as realizações e os resultados da Terceira Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais nos primeiros 100 dias do biênio 2026–2028. O período foi marcado pela execução de iniciativas voltadas à ampliação do acesso à Justiça, ao fortalecimento da autocomposição e ao aprimoramento dos serviços administrativos e jurisdicionais.

Orientada pelas diretrizes de portas abertas, escuta ativa e gestão por diagnóstico, a construção do Plano de Gestão começou ainda no período de transição. O diálogo com magistrados e equipes, associado à análise de dados e dos processos de trabalho, permitiu identificar necessidades e definir prioridades para o biênio.

Esse planejamento passou a se traduzir em ações concretas. Destacam-se a primeira expansão do Núcleo Integrado de Justiça Multiportas - NúcleoMulti para o interior do Estado, com a inauguração da unidade de Juiz de Fora; os avanços no desenvolvimento do sistema de pagamento de honorários a conciliadores, mediadores e facilitadores de Justiça Restaurativa; e a consolidação dos 13 projetos que integram o Plano de Gestão.

O fortalecimento da rede de CEJUSCs também envolveu a atuação conjunta com os coordenadores adjuntos dos centros especializados, voltada à construção de projetos e ao aperfeiçoamento dos serviços. Nesse contexto, foi encaminhada à Presidência do Tribunal a proposta de instalação do CEJUSC Criminal. Está também em elaboração a minuta do ato de criação do CEJUSC Infância e Juventude, em articulação com a COINJ, para posterior submissão à Presidência.

Ainda no início da gestão, foi definido um novo prédio para abrigar o CEJUSC de Belo Horizonte, com o pleno apoio do Presidente do Tribunal, Desembargador Vicente de Oliveira Silva. A medida busca superar as condições estruturais precárias da atual edificação, localizada no bairro Gutierrez, e proporcionar instalações mais adequadas ao atendimento da população e ao trabalho de magistrados, servidores e colaboradores.

As escutas realizadas diretamente com comunidades indígenas e outros povos e comunidades tradicionais, por sua vez, contribuíram para aproximar as iniciativas institucionais das necessidades dos públicos atendidos.

A agenda de cooperação incluiu reuniões com instituições financeiras, companhias aéreas e outros parceiros, com foco na prevenção e na desjudicialização de conflitos. Os encontros buscaram ampliar as possibilidades de solução consensual antes do ajuizamento de ações, qualificar a participação dos parceiros nas conciliações e construir respostas para demandas recorrentes.

Os resultados apresentados dão continuidade ao trabalho desenvolvido pelas gestões anteriores da 3ª Vice-Presidência e refletem o esforço colaborativo de magistrados, equipes e instituições parceiras. Ao lado das entregas deste período, as iniciativas em desenvolvimento lançam sementes cujos frutos poderão ser colhidos ao longo deste biênio e das próximas gestões, contribuindo para a continuidade e o aperfeiçoamento das políticas de acesso à Justiça.

Cordialmente,

Shirley Fenzi Bertão
Desembargadora Terceira Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

100 DIAS
EM NÚMEROS

66.746
audiências realizadas nos CEJUSCs

9.952
audiências com acordo

54.073
encaminhamentos no setor de cidadania

16.536
decisões e despachos no juízo de Admissibilidade Recursal

1.745
vagas em ações educacionais

31
círculos de construção de paz

8
novos acordos para PAPREs

33
Ações do Projeto CEJUSC Itinerante

17
Visitas Técnicas em CEJUSCs

217
conversões em casamento civil

138
acordos no Projeto Meu Lar

32
oficinas de parentalidade e divórcio

*Dados de até o dia 8 outubro de 2026

DIÁLOGO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

Nos primeiros 100 dias, a 3ª Vice-Presidência manteve uma agenda de escuta, alinhamento e construção conjunta, integrando suas **equipes**, aproximando unidades do Tribunal e **fortalecendo o diálogo com** instituições e parceiros.

86 REUNIÕES REALIZADAS

1º de julho a 8 de outubro de 2026

48
Reuniões de Gestão e integração das equipes

Planejamento, alinhamento setorial e acompanhamento das iniciativas.

16
Reuniões com Unidades do TJMG

Integração com magistrados, comarcas e outras unidades do Tribunal.

22
Reuniões com Instituições e órgãos parceiros

Diálogo com órgãos públicos, empresas e entidades para atuação conjunta.

TEMAS QUE MOBILIZARAM A AGENDA

- **Governança e gestão**
- **Fortalecimento da rede**
- **Conciliação e desjudicialização**
- **Acesso à Justiça e cidadania**
- **Justiça Restaurativa e direitos**
- **Comunicação e inovação**

*Dados de até o dia 8 outubro de 2026

ACESSO À JUSTIÇA

Presidência do Comitê Jus-Povos

Articulação institucional pela garantia dos direitos dos povos e comunidades tradicionais



Posse da Desembargadora Shirley Fenzi Bertão na presidência do Comitê Jus-Povos, em 8 de setembro de 2026, no TJMG.

Em 8 de setembro de 2026, a Desembargadora Shirley Fenzi Bertão, Terceira Vice-Presidente do TJMG, assumiu a presidência do Comitê Interinstitucional sobre Povos Tradicionais de Minas Gerais — Jus-Povos.

Criado em agosto de 2025, o Comitê reúne dez instituições do Sistema de Justiça para promover a garantia e a efetivação dos direitos dos povos e comunidades tradicionais do Estado.

Ao assumir a presidência, a magistrada reafirmou o compromisso com a continuidade das ações, a escuta das comunidades e a construção conjunta de respostas às suas demandas.

Escuta das comunidades

Diálogo permanente com os povos tradicionais e suas lideranças.

Cooperação interinstitucional

Atuação articulada entre as instituições integrantes do Comitê.

Continuidade das ações

Prosseguimento das pautas e dos compromissos construídos coletivamente.

10 INSTITUIÇÕES EM ARTICULAÇÃO

TJMG *TRF6* *TCEMG* *TRT-MG* *TRE-MG*

MPF *MPT-MG* *MPMG* *DPMG* *DPU*

ACESSO À JUSTIÇA

Povos e comunidades tradicionais

Escuta, aproximação e mediação junto às comunidades

O Projeto Cidadania, Democracia e Justiça aos Povos Originários em Minas Gerais, desenvolvido no âmbito do CEJUSC Povos e Comunidades Tradicionais, busca garantir acesso à Justiça às comunidades indígenas e quilombolas, nas competências não reservadas à Justiça Federal. As ações articulam CEJUSCs e instituições parceiras, inclusive por meio de itinerâncias.

Ações desenvolvidas nos primeiros 100 dias

01 Povo Tikmũ'un — Maxakali

Escuta ativa das aldeias Água Boa, Pradinho, Verde, Escola Floresta e Cachoeirinha.

02 Comunidades indígenas

Escuta da Cacica Marinalva, da comunidade Pataxó Hã-Hã-Hãe — Kamakã Mongoió, e escuta ativa das etnias Kamakã Mongoió, Aranã e Xukuru Kariri, em Esmeraldas.

03 Comunidades tradicionais

Escuta de Quartéis do Indaiá, Vargem do Inhai e Mata dos Crioulos para monitorar solicitações e levantar demandas; escuta de Andrequicé, Macacos, São João da Chapada e Raiz.

04 Comunidade cigana

Visita técnica à comunidade cigana em Esmeraldas.



Atuação do CEJUSC Povos e Comunidades Tradicionais

O CEJUSC Povos e Comunidades Tradicionais atua, em todo o Estado de Minas Gerais, na promoção do acesso à Justiça, na cidadania e na mediação intercultural de conflitos junto a indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais. Fundamentada nos princípios da consulta prévia, da escuta ativa e do diálogo com a cultura de cada povo, a unidade desenvolve itinerâncias e mediações interinstitucionais diretamente nos territórios, promovendo a resolução consensual de demandas coletivas e individuais. Essa atuação reúne uma rede composta por Ministérios Públicos, Defensorias, FUNAI, Justiça Eleitoral, Polícias, universidades, municípios e concessionárias como a Cemig, que atuam para transformar as necessidades colhidas em soluções concretas. Todo esse trabalho integra o Programa "Justiça e Povos Tradicionais: Direito, Territorialidade e Comunicação", que organiza, sob uma mesma estratégia institucional, as ações desenvolvidas e as novas frentes de trabalho.

ACESSO À JUSTIÇA

PAPREs e Itinerâncias

Ampliação da rede

Novos instrumentos de cooperação para ampliar o acesso à Justiça e o atendimento dos CEJUSCs.

8 acordos para instalação de PAPRes

2 convênios de Justiça Itinerante



Novos Postos de Atendimento Pré-processual - PAPREs

CEJUSC	INSTITUIÇÃO OU ENTE PARCEIRO
Itabira	FUNCESI, mantenedora da FADECH
Muriaé	Sociedade Lael Varella Educação e Cultura Ltda.
Cabo Verde	Município de Divisa Nova
Mantena	Câmara Municipal de Nova Belém
Governador Valadares	Beneficência Social Bom Samaritano
Canápolis	Município de Centralina
Governador Valadares	Município de Periquito
Pouso Alegre	Câmara Municipal de Congonhal

Novos Convênios do Projeto Justiça Itinerante

O Projeto Justiça Itinerante tem por objetivo ampliar o acesso à Justiça, levando, de forma periódica, a prestação jurisdicional aos cidadãos residentes em municípios distantes da sede da comarca à qual pertencem.

COMARCA E MUNICÍPIO	CONVÊNIO	PUBLICAÇÃO
Campo Belo / Aguanil	136/2026	01/08/2026
Caeté / Taquaruçu de Minas	213/2026	01/08/2026

CEJUSC Itinerante

Pelo projeto, são disponibilizados à população os serviços dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) e das instituições parceiras, buscando levar a cultura da paz e os métodos consensuais para as comunidades, além de oferecer atendimentos de cidadania, orientação jurídica e sessões de conciliação e mediação para a resolução amigável e célere de conflitos.

INDICADOR	Cronograma TJMG	Parceria com o MPMG	Parceria com a DPMG
Ações de itinerância	17	12	4
Comarcas	12	10	2
Municípios	16	12	2
Sessões / audiências	96	106	20
Acordos	86	76	18
Atendimentos de cidadania	6.080	472	99

ACESSO À JUSTIÇA

Projetos e Ações da 3ª Vice-Presidência
Acesso à Justiça e Cidadania

Conversão de união estável em casamento civil

A iniciativa possibilita a regularização gratuita do estado civil dos casais, com segurança jurídica, inclusão social e efetivação de direitos.

CONVERSÕES REALIZADAS	CRONOGRAMA TJMG	PARCERIA COM DEFENSORIA
217	190	27

Programa Paternidade para Todos

O programa permite o reconhecimento gratuito de paternidade, maternidade e outros vínculos genéticos. Os exames de DNA são custeados pelo Tribunal.

UNIDADE	PROCEDIMENTOS	EXAMES DE DNA
CRP / CEJUSC Belo Horizonte	474	44
SRP de Santa Luzia	14	3

Oficinas de parentalidade e divórcio

As oficinas orientam famílias em processos de separação, com foco no bem-estar dos filhos e no exercício da parentalidade responsável.

OFICINAS REALIZADAS	PAIS PARTICIPANTES	FILHOS PARTICIPANTES
32	219	9

Projeto Meu Lar

Em parceria com a COHAB Minas, o projeto promove pautas concentradas para resolver pendências contratuais e documentais relacionadas a imóveis de programas habitacionais estaduais.

MUTIRÕES	AUDIÊNCIAS	ACORDOS
17	164	138

COMARCA / MUNICÍPIO	MUTIÕES	COMARCA / MUNICÍPIO	MUTIÕES
Piumhi	1	Pouso Alegre	1
Santa Luzia	2	Contagem	1
Uberaba	2	Lagoa da Prata	1
Poços de Caldas	1	Pratápolis	1
Itabira	2	Vespasiano	1
Itabí	1	Conselheiro Lafaiete	1
Divinópolis	2	Três Pontas	1

ACESSO À JUSTIÇA

Núcleo Interinstitucional de Regularização Fundiária (NUIREF)

O Núcleo Interinstitucional de Regularização Fundiária (NUIREF) reúne instituições públicas para apoiar a Regularização Fundiária Urbana — REURB em Minas Gerais. O trabalho busca efetivar o direito à moradia, promover a dignidade humana e contribuir para o desenvolvimento da economia local.

06 JUL

Participação do TCE/MG

Publicação do 2º Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica nº 248/2021, formalizando as obrigações do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais como novo membro do NUIREF.

07 JUL

Novo instrumento de cooperação

Instaurado o processo SEI nº 0122718-54.2026.8.13.0000 para formalizar
novo instrumento, diante do término da vigência do ACT nº 248/2021, previsto para 28 de setembro de 2026.

10 SET

17ª reunião do NUIREF

Reunião do TJMG com as instituições parceiras para alinhar as ações e
fortalecer o apoio aos procedimentos de Regularização Fundiária Urbana — REURB.

10 SET

Página institucional disponibilizada

Publicação de informações sobre a estrutura do Núcleo, cartilhas, e-book, atos normativos e links para jurisprudência e doutrina disponíveis no
acervo das bibliotecas do TJMG.

A página do NUIREF está disponível
no Portal TJMG, na área da 3ª Vice-Presidência, em Projetos e Iniciativas.

Consultar a página institucional do NUIREF



ACESSO À JUSTIÇA

Núcleo de Justiça Multi-Portas - NúcleoMulti

Autocomposição pré-processual com entidades parceiras e expansão para Juiz de Fora

Instituido pela Portaria Conjunta nº 1.514/PR/2023, o Núcleo Integrado de Justiça Multiportas promove soluções consensuais pré-processuais por meio do trabalho conjunto entre os CEJUSCs e os Juizados Especiais, com a participação de entidades públicas e privadas.

572	277	59,8%
audiências em Belo Horizonte	acordos	índice de acordo informado

Resultados do NúcleoMulti da Comarca de Belo Horizonte
01/07/2026 a 08/10/2026

Índice de acordos por parceiro

Audiências por parceiro	Quantidade
CEMIG	170
Copasa	262
Itaú	76
Claro	39
Mercantil	15
Unimed	8
PicPay	2

Expansão para o interior - Comarca de Juiz de Fora

Em 2 de outubro de 2026, foi inaugurado o NúcleoMulti de Juiz de Fora, ampliando a oferta de serviços e o acesso à Justiça.



CEJUSCS

Resultados dos Cejuscs

Conciliação e mediação nas fases pré-processual e processual

85.369
audiências agendadas

66.746
audiências realizadas

9.952
audiências com acordo

O acompanhamento dos dados permite monitorar a política de tratamento adequado de conflitos, identificar necessidades das unidades e buscar o aperfeiçoamento dos serviços.

Conciliação

Indicador	Pré-processual	Processual
Realizadas	8.742	57.845
Com acordo	2.690	7.183

Mediação

Indicador	Pré-processual	Processual
Realizadas	36	123
Com acordo	24	55

Quero Conciliar

O canal do Portal TJMG permite solicitar audiência de conciliação em processos em tramitação na primeira ou na segunda instância.

291
solicitações recebidas



Evento em comemoração ao "Dia do Conciliador", promovido pelo CEJUSC/BH, no dia 23/09/2026

CEJUSCS

Visitas Técnicas nos Cejuscs

Após a conclusão do ciclo de visitas técnicas a todos os CEJUSCs de Minas Gerais, a gestão iniciou uma nova etapa de acompanhamento das comarcas com desafios em seus fluxos de trabalho. A seleção das unidades passou a considerar a análise de dados, direcionando o apoio técnico às necessidades identificadas.

17
COMARCAS VISITADAS

4.927 km
PERCORRIDOS

Período: 1º de julho a 8 de outubro de 2026.

Alinhar procedimentos | **Orientar as equipes** | **Identificar oportunidades de melhoria** | **Registrar e disseminar boas práticas**

COMARCAS VISITADAS

JULHO — 3 comarcas	AGOSTO — 6 comarcas	SETEMBRO — 5 comarcas	OUTUBRO — 3 comarcas
28/07 - Auruoca	11/08 - Juatuba	**09/09 - Canápolis**	**06/10 - Unai**
29/07 - Baependi	12/08 - Lagoa Santa	**10/09 - Capinópolis**	**07/10 - Presidente Olegário**
30/07 - Lambari	13/08 - Pitangui	**21/09 - Mercês**	**08/10 - João Pinheiro**
	26/08 - Martinho Campos	**22/09 - Prados**	
	27/08 - Abaeté	**23/09 - Barroso**	
	28/08 - Pompéu		

Registro das visitas


Aiuruoca


Baependi


Lambari


Juatuba


Lagoa Santa


Pitangui


Martinho Campos


Abaeté


Pompéu


Canápolis


Capinópolis


Mercês


Prados


Barroso


Unai


Presidente Olegário


João Pinheiro

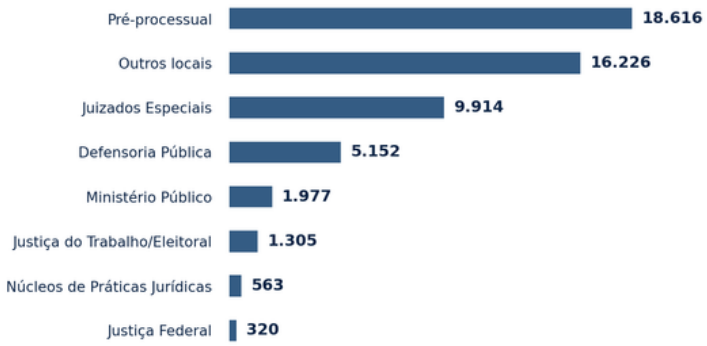
CEJUSCS

Setor de Cidadania

Uma das atribuições do setor de cidadania dos CEJUSCs é encaminhar os jurisdicionados aos setores ou órgãos competentes para o adequado atendimento e tratamento de suas demandas.

Os encaminhamentos alcançam o setor pré-processual, os Juizados Especiais, a Defensoria Pública, o Ministério Público, a Justiça Federal, a Justiça do Trabalho e Eleitoral e os Núcleos de Práticas Jurídicas, além de outros serviços.

54.073
encaminhamentos no período



Mutirões nos CEJUSCs

São realizadas pautas concentradas nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) com diversas temáticas (conversão de união estável em casamento, renegociação de dívidas, questões de vizinhança, entre outras). Visam atender demandas da população, oferecendo soluções rápidas e desburocratizadas para conflitos cotidianos.

768
casos agendados

412
acordos

R$ 192.494,50
valores acordados



Mutirão Dano Água — Governador Valadares e Galiléia

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) realizou, em Governador Valadares, mutirões de conciliação voltado para ações decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, ocorrido em 2015. A iniciativa tem como objetivo promover acordos entre os atingidos e os responsáveis, buscando acelerar o processo de reparação e reduzir o número de ações judiciais relacionadas ao caso. Homologado pelo Supremo Tribunal Federal, o mutirão representa um esforço conjunto para garantir justiça de forma mais ágil e efetiva às comunidades impactadas.

INDICADOR	GOVERNADOR VALADARES	GALILEIA
Audiências realizadas	2.030	314
Audiências com acordo	1.809	210
Audiências sem acordo	221	19
Valor dos acordos	R$ 23.549.562,00	R$ 2.733.780,00

CEJUSCS

CEJUSCs de 2º Grau e Especializados

Os CEJUSCs de 2º Grau e especializados atuam em conciliação, mediação e outros meios adequados de solução de conflitos. As unidades especializadas possuem competência atual e atendem demandas de primeiro e segundo grau conforme suas competências; o CEJUSC de 2º Grau atuam processos civis na segunda instância.

CEJUSC	Agendados no período	Sessões Realizadas	Acordos Realizados
2º Grau	799	495	23
Tributário	145	(Pendente Realização)*	(Pendente Realização)*
Empresarial	17	13	3
Ambiental	19	11	1
Direito das Famílias	263	141	18
Saúde	20	11	1
Virtual	197	90	32

*CEJUSC Tributário: os agendamentos incluem a Semana Nacional de Regularização Tributária prevista para 5 a 9 de dezembro de 2026.

Valores dos acordos

CEJUSC	VALORES INFORMADOS
2º Grau	Mais de R$ 3 milhões
Direito das Famílias	Mais de R$ 100 mil
Saúde	R$ 46.000,00
Virtual	Mais de R$ 280 mil

Demandas coletivas - CEJUSC Social

O CEJUSC Social realizou 29 sessões de mediação em demandas territoriais, urbanas e rurais e de grande repercussão social.



Coordenadores(as) Adjuntos

CEJUSC de 2º Grau:
Desembargadora
Yeda Monteiro Athias

CEJUSC Social:
Desembargadora
Ângela de Lourdes Rodrigues

CEJUSC Ambiental:
Desembargador
Alberto Vilas Boas Vieira de Sousa

CEJUSC Direito das Famílias:
Desembargador
Newton Teixeira Carvalho

CEJUSC Saúde:
Desembargador
Alexandre Quintino Santiago

CEJUSC Empresária:
Desembargadora
Leonardo de Faria Beraldo

CEJUSC Tributário:
Desembargador
Tiago Gomes de Carvalho Pinto

CEJUSC Povos e Comunidades
Desembargadora
Régia Ferreira de Lima

CEJUSC Virtual:
Desembargador
Henrique Abi-Ackel Torres

CEJUSCS

Resultados do Formulário de Satisfação do Usuário dos CEJUSCS



Avaliação da qualidade do atendimento

Avaliação da qualidade dos serviços ofertados pelos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) por meio da aplicação do "Formulário de Satisfação do Usuário". A coleta de dados permite compreender a percepção do usuário sobre o atendimento recebido e desenvolver estratégias para aprimorar o trabalho dos Centros, tanto no setor de cidadania quanto nas sessões de conciliação e mediação.

Após o atendimento no CEJUSC, qual sua visão do Poder Judiciário?

70,38%

avaliaram como Melhor

RESPOSTA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Melhor	11.347	70,38%
Mesma	4.198	26,04%
Pior	577	3,58%

O conciliador ou mediador demonstrou atenção, cuidado e competência no atendimento?

93,39%

responderam Sim

RESPOSTA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Sim	37.401	93,39%
Nem sempre	602	1,50%
Não	2.045	5,11%

Participar da audiência de conciliação/mediação lhe trouxe benefícios?

88,47%

responderam Sim

RESPOSTA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Sim	7.022	88,47%
Não	915	11,53%

Justiça Restaurativa

Formação de vínculos, escuta e prevenção de conflitos



Programa NÓS

O programa de Justiça Restaurativa nas escolas públicas atua na prevenção, gestão, transformação e solução extrajudicial de conflitos escolares nas redes municipal e estadual.

Foram realizadas seis reuniões: 29 de julho; 6, 10 e 20 de agosto; e 1º e 24 de setembro. Os trabalhos envolveram o Comitê Gestor e visitas à Secretaria de Estado de Educação, à Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte e à Reitoria da UFMG.

As pautas abrangeram acompanhamento das ações, organização das turmas de formação do segundo semestre e fortalecimento das parcerias para ampliação do programa.

Processos circulares para grupos do TJMG

Círculos virtuais voluntários oferecem escuta qualificada à troca de experiências entre trabalhadores de diferentes comarcas, com facilitadores de Justiça Restaurativa.

Data	Tema	Inscritos
14/08/2026	Parentalidade	13
28/08/2026	Homens e Mulheres: Muito Além dos Papéis	16
11/09/2026	Setembro Amarelo e o Cuidado com a Saúde Mental	12
25/09/2026	Anticapacitismo: Construindo Inclusão	16

Círculos com públicos específicos

A COAJUR também registrou sete círculos com 74 participantes: magistrados dos CEJUSCs especializados; equipe da DIRGED; 4º JUVID; VECCA; e três encontros com adolescentes do Projeto Pontes para o Amanhã.

Ações Educacionais



Parceria com a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEF

As ações qualificam magistrados, servidores, mediadores, conciliadores e demais interessados em autocomposição e Justiça Restaurativa.

12
ações realizadas ou em andamento

1.745
vagas disponibilizadas

445h
de carga horária total

AÇÃO EDUCACIONAL	HORAS	VAGAS	MODALIDADE
Aperfeiçoamento em Conciliação e Mediação em matéria de Direito Tributário - T1/2026	20h	210	EAD auto.
Aperfeiçoamento em Conciliação e Mediação Judiciais - T2/2026	30h	100	EAD tutoria
Aperfeiçoamento em Mediação Empresarial - T1/2026	35h	300	EAD auto.
Capacitação em Conciliação - T3/2026	40h	160	EAD tutoria
Capacitação em Conciliação - T3/2026	40h	200	EAD tutoria
Capacitação em Mediação • T2/2026	40h	40	EAD tutoria
Capacitação em Mediação • T3/2026	40h	80	EAD tutoria
Curso Direitos Indígenas e a Atuação da Justiça Estadual 2/2026	20h	500	EAD auto.
Formação de Expositores das Oficinas sobre Divórcio e Parentalidade 2/2026	20h	30	Semipresencial
Formação de Expositores das Oficinas sobre o Envelhecimento • T1/2026	20h	50	EAD tutoria
Formação de Facilitadores de Justiça Restaurativa (teórico-prático) • T02/2026	70h	40	Semipresencial
Programa Nós - Formação Teórica e Prática • T2/2026	70h	35	Semipresencial

EIXO JURISDICIONAL

Juízo de Admissibilidade Recursal

Recursos especial e extraordinário e atividades correlatas

Exercício do juízo de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário, em matéria de Direito Privado e Criminal, além do processamento dos recursos ordinários, direcionados ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça. Apreciação dos agravos e embargos de declaração contra decisões afetas ao juízo de admissibilidade.

16.536

TOTAL DE DECISÕES E DESPACHOS

MOVIMENTAÇÃO	QUANTIDADE
Processos conclusos — THEMIS (SIAP)	19.962
Processos conclusos — eproc	738
Processos remetidos — THEMIS e eproc (SIAP)	16.314

PRODUÇÃO POR CLASSE E SISTEMA	QUANTIDADE
Recursos especial — admissibilidade	11.348
Recurso extraordinário — admissibilidade	737
Agravo Interno — decisões monocráticas / votos	302 / 74
Embargos de declaração	113
Despachos ordinatórios	3.277
Outros tipos de decisão	325
eproc — decisões / despachos	255 / 105

Acordos na fase de recursos constitucionais

111 sessões realizadas | **14 acordos** | **12,61% de conciliação**

EIXO JURISDICIONAL

Projetos da Assessoria de Admissibilidade Recursal

Conhecimento e tecnologia para qualificar os processos de trabalho

01 Boletim mensal da 1ª e da 3ª Vice-Presidências

Objetivo. Divulgar aos desembargadores e desembargadoras do TJMG, com informações qualificadas sobre critérios de admissibilidade de recursos excepcionais e interpretação de precedentes qualificados do STF e do STJ, em parceria com a 1ª Vice-Presidência, como instrumento de disseminação de conhecimento e de melhoria da atuação jurisdicional, com potencial contribuição para a redução de situações que resultem em juízo de retratação e admissões de recursos aos Tribunais Superiores.

Andamento. Foram foi realizado o alinhamento com a 1ª ASVIP quanto aos objetivos, escopo, responsabilidades e fluxo decisório do boletim, bem como a definição dos critérios de seleção de conteúdo e da rotina de levantamento de informações. Foram também concluídas a coleta de informações sobre decisões de admissibilidade e temas de repercussão geral, no âmbito da 3ª ASVIP. Encontra-se em andamento a definição das matérias que comporão o primeiro boletim, com a elaboração do respectivo documento.

02 Inteligência Artificial Aplicada aos Processos de Trabalho

Objetivo. Desenvolver, estruturar, testar e implementar, de forma progressiva, soluções institucionais de inteligência artificial generativa, automação e apoio tecnológico aplicadas aos processos de trabalho da 3ª Vice-Presidência, com foco na qualificação e otimização da triagem, do exame de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário e das atividades correlatas, mediante estruturação de base de conhecimento, desenvolvimento e aperfeiçoamento iterativo de soluções, integração de dados e ferramentas, produção de informações gerenciais e adoção de recursos voltados à melhoria das condições de trabalho e da acessibilidade.

Andamento. Encontra-se em fase de elaboração e testes um protótipo de sistema de inteligência artificial desenvolvido pela equipe da 3ª ASVIP, voltado ao juízo de admissibilidade de recursos especiais e extraordinários. Ademais, foram apresentadas pelo GEX-IA quatro alternativas de soluções em inteligência artificial em fase de prospecção pelo Tribunal de Justiça, possivelmente aplicáveis aos processos de trabalho da 3ª ASVIP.

03 Capacitação da Equipe para o EPROC

Objetivo: Capacitar os membros da 3ª ASVIP para operar o sistema EPROC de forma eficiente, traduzindo as rotinas exclusivas da Assessoria (que divergem dos gabinetes comuns) para o novo ambiente do EPROC, de modo a minimizar a queda de produtividade natural que ocorre em transições de sistemas processuais.

Andamento: foi realizada reunião inicial de alinhamento entre os colaboradores do projeto. O Manual do EPROC, voltado às atividades da 3ª ASVIP, encontra-se em fase de elaboração pela própria equipe da unidade, que também está produzindo e disponibilizando gradualmente vídeos educacionais destinados às suas rotinas de trabalho. Encontra-se sob análise da EJEF a proposta de criação da Comunidade Virtual de Aprendizado.

04 Painel de Transparência da Admissibilidade da 3ª Vice-Presidência

Objetivo: fortalecer a governança e a gestão do acervo; disponibilizar indicadores estratégicos do juízo de admissibilidade; ampliar a transparência ativa, em conformidade com as diretrizes do CNJ; subsidiar a tomada de decisões gerenciais; promover maior uniformidade e segurança jurídica por meio da divulgação de dados estatísticos.

Andamento: foi realizado o alinhamento com a CEINFO acerca da disponibilização da ferramenta Qlik Sense, bem como a definição dos indicadores que comporão o painel e da metodologia de coleta e atualização dos dados. O painel encontra-se em fase de desenvolvimento pelo setor responsável.